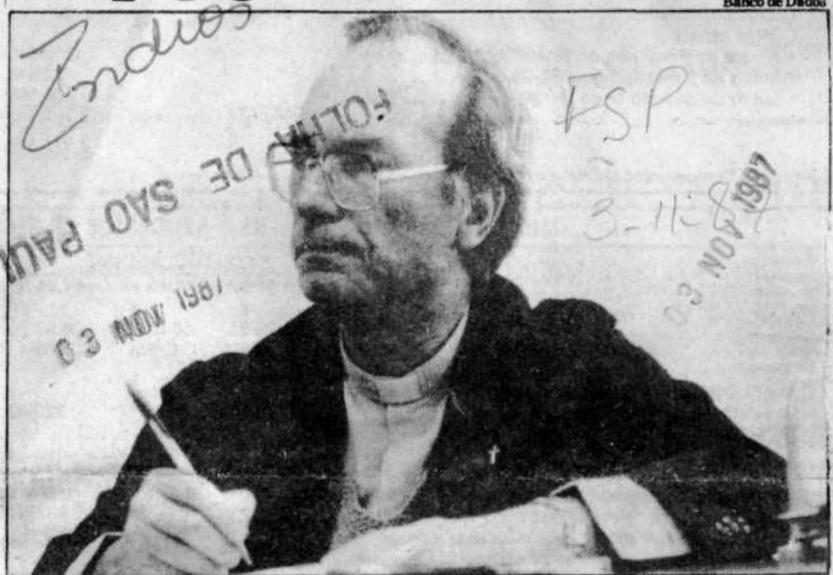


Documento do CSN afirma que clero "progressista" prega o uso da força

MARCELO XAVIER DE MENDONÇA
Repórter da Sucursal de Brasília



Para d. Luciano Mendes (foto), presidente da CNBB, o assunto é "grave"

Mais de um ano depois da implantação da "Nova República", a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) responsabiliza, em documento sigiloso, o "clero progressista" da Igreja Católica pelo "surgimento de focos de tensão em todo o país", em especial os "conflitos fundiários" e os "conflitos entre índios e não-índios". "Essa minoria (...), ocupando a direção da CNBB, propugna melhorias sociais para as faixas mais carentes da população, pregando, no entanto, o uso da força, os movimentos de massa e mudanças rápidas e radicais, mantendo acuada a maioria conservadora da Igreja", diz o documento.

Datado de 3 de junho de 1986, e intitulado "Atuação da Igreja Católica no Brasil", é um de doze estudos — cujas cópias foram obtidas com exclusividade pela Folha, que revelou sua existência no último sábado — enviado pela SG/CSN ao deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a participação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) numa suposta conspiração internacional para restringir a soberania do Estado brasileiro sobre as áreas indígenas na Amazônia. Informado pela Folha do teor do documento, o presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), d. Luciano Mendes de Almeida, disse no sábado que, "dada a gravidade do assunto", apenas se manifestaria depois de manter contato com os órgãos de segurança, a fim de atestar a procedência das informações.

A ala "progressista" da Igreja, segundo o documento, imprime à CNBB "uma linha essencialmente tica, quando não revolucionária". "Especial atenção merecem os 'progressistas' radicais, pelo papel que exercem no acirramento dos problemas sociais", diz a SG/CSN (ocupada pelo ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubens Bayma Delys), para a qual "são eles que, normalmente, ocupam funções executivas nos organismos encarregados de pôr em prática as diretrizes pastorais da Igreja".

Ao dissecar a estrutura da CNBB, o estudo dedica atenção especial ao número de estrangeiros na entidade, 27% de quatrocentos membros, de acordo com os dados que apresenta. Da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), que reúne os sacerdotes e demais religiosos, "com cerca

de 53 mil integrantes, 39% são estrangeiros".

A marcação cerrada em cima dos estrangeiros da Igreja é comprovada por uma relação anexada aos documentos, contendo os nomes de 118 religiosos que "vêm violando a Lei dos Estrangeiros". Na lista, que discrimina o tipo de "envolvimento em problemas (fundiários, indígenas, sindicais etc)", aparecem nomes de bispos como d. Pedro Casaldáliga (São Félix do Araguaia —MT), d. Pedro Fedalto (Curitiba —PR) e d. Aldo Mongiano (Roraima). Este último, aliás, é objeto de um dossiê à parte, baseado em relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI), onde se propõe uma "ampla investigação" sobre as atividades do bispo, podendo ser instaurado inquérito para expulsá-lo do país.

A outra parcela que merece observação privilegiada da SG/CSN é formada por "cerca de 120" dos membros da CNBB, que "pertencem à chamada 'corrente progressista', ocupando todos os postos da direção do organismo". Destes, segundo o documento, "aproximadamente quarenta são ativistas radicais de esquerda", que seguem "os fundamentos da 'Teologia da Libertação'". Esta é descrita como "utilização do Cristianismo como uma 'praxis' de luta pela libertação humana, a partir do sentido temporal, e não espiritual", e seus teóricos, "quando não declaram publicamente, evidenciam em suas obras uma formação marxista".

O documento traz uma avaliação do "potencial" da organização da Igreja, onde afirma que ela tem 352 seminários; 2.559 colégios e cursos;

143 faculdades; 1.344 hospitais, casas de saúde e postos médicos; 82 jornais; 143 emissoras de rádio; diversas editoras e centros de publicação; e 150 mil Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Em anexos, o estudo relaciona também entidades religiosas, leigas e organizações estrangeiras que auxiliariam, algumas financeiramente, na implantação e manutenção de programas da Igreja no Brasil.

A SG/CSN define como "preocupante" a atuação da "minorias 'progressistas' da Igreja, apoiada em tão vasta estrutura", tendo em vista, entre outros aspectos, o "despreparo governamental ante o crescente agravamento do problema". O estudo propõe a criação de um grupo de trabalho interministerial, constituído por representantes do SNI, da SG/CSN e do Itamaraty, para, "em caráter confidencial, estudar o problema da ingerência da Igreja nos negócios do Estado".

Este núcleo deveria propor medidas para privilegiar o diálogo Igreja "tradicional"—governo; mobilizar as forças políticas que apóiam o governo para "se contraporem às ações do clero, naquilo que for adverso aos objetivos do governo"; criar mecanismos de controle de atuação das organizações religiosas, da participação de sacerdotes estrangeiros e do ingresso de recursos destinados às atividades da Igreja.

Ao lado dessas medidas, o estudo recomenda também o "prosseguimento e ampliação dos programas sócio-econômicos do governo, como medida eficaz para a retirada dos pontos de sustentação das campanhas da Igreja".